



O MOVIMENTO ZAPATISTA ENQUANTO REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NO MÉXICO

THE ZAPATISTA MOVEMENT AS INDIGENOUS REPRESENTATION IN MEXICO

EL MOVIMIENTO ZAPATISTA COMO REPRESENTACIÓN INDÍGENA EN MÉXICO

 Isabele Enes Ribeiro¹

 Kelvin Araújo da Nóbrega Dias²

1. Bacharela em Relações Internacionais (UEPB). E-mail: isabeler2010@gmail.com
2. Bacharel em Relações Internacionais (UEPB). Especialista em Comércio Exterior (FAVENI). Mestrando em Relações Internacionais (UEPB). E-mail: kelvinkand@gmail.com

ABSTRACT: This article discusses the Zapatista National Liberation Army (EZLN) as an indigenous organization in Mexico. It also takes a historical look at who Zapata was, how the 1910 Revolution took place and how the EZLN came to be established in Mexico, drawing closer to the original peoples and the Mexican people. The question is: What is the revolutionary representation and importance of the Zapatista movement for indigenous peoples in Mexico? The analysis is based on the idea that Emiliano Zapata stands out as an inspiring model for both the EZLN and other indigenous communities in Latin America.

Keywords: Mexican Revolution; Emiliano Zapata; EZLN; Indigenous people; Representativity.

RESUMO: O presente artigo discute o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) enquanto representatividade indígena no México. Além disso, faz-se uma retomada histórica explicando quem foi Zapata, como se deu a Revolução de 1910 e como a EZLN foi se estabelecendo no México, se aproximando dos povos originários e do povo mexicano no todo. Para tal, indaga-se: Como se configura a representação revolucionária e a importância do movimento zapatista para os povos indígenas no México? A análise baseia-se na ideia de que Emiliano Zapata se destaca como um modelo inspirador tanto para o EZLN quanto para outras comunidades indígenas na América Latina.

Palavras-chave: Revolução mexicana; Emiliano Zapata; EZLN; povos indígenas; representatividade.

RESUMEN: Este artículo trata sobre el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) como organización indígena en México. También hace un recorrido histórico sobre quién fue Zapata, cómo se produjo la Revolución de 1910 y cómo llegó el EZLN a establecerse en México, acercándose a los pueblos originarios y al pueblo mexicano en su conjunto. La pregunta es: ¿Cómo se conforma la representación revolucionaria y la importancia del movimiento zapatista para los pueblos indígenas en México? El análisis parte de la idea de que Emiliano Zapata destaca como modelo inspirador tanto para el EZLN como para otras comunidades indígenas de América Latina.

Palabras-clave: Revolución Mexicana; Emiliano Zapata; EZLN; pueblos indígenas; representatividad.

Recebido em: 06/04/2024

Aprovado em: 26/04/2024



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

Introdução

Para se compreender o que é o movimento zapatista precisamos antes voltar para o cenário e representação de sua principal liderança. Emiliano Zapata nasceu em 1873 e veio a falecer em uma emboscada em 1919, ainda durante a Revolução Mexicana, que foi resultado das incoerências do México na época. Além disso, foi também o reflexo da subordinação que os indígenas e camponeses eram colocados gerando a falta de garantia de seus direitos territoriais (BARBOSA, 2022).

A Revolução Mexicana surge em decorrência da revolta dos indígenas e camponeses que conviviam com a falta da garantia de direitos e o reflexo das políticas econômicas do México. O período, marcado pelo governo de Porfírio Diaz (1876-1911) e, posteriormente, pelas constantes contradições de Victoriano Huerta, que veio a assumir o poder, demonstrou a força da comunidade camponesa. Esta comunidade via-se prejudicada pela política de desapropriação de terras e conseguiu se organizar e formar frentes de luta armada, como o Exército Libertador do Sul — os zapatistas — que atuaram durante o período em Morelos e na região Centro-Sul do México (BARBOSA; LOPES, 2001; SILVA, 2022).

Toda a história de vida e morte de Emiliano Zapata, mas também do processo da Revolução Mexicana mostra a problemática da colonização enquanto consequência futura no capitalismo, uma vez que, a partir de uma visão marxista, as questões discutidas e apontadas aconteceram em decorrência do processo de industrialização e desmoralização dos trabalhadores em seus diferentes contextos, como durante a própria Revolução de 1910.

A problemática relacionada ao capitalismo, percebido como uma influência adversa na qualidade de vida das pessoas e na dinâmica da industrialização, historicamente esteve alinhada aos paradigmas ocidentais europeus e estadunidenses. Esse fenômeno demonstra uma notável dependência, caracterizada pela dominação externa e pela instrumentalização da burguesia, ou, no contexto da Revolução Mexicana, dos grandes latifundiários, em prol dos interesses dos países aos quais essa dependência se vinculava (FERNANDES, 1981).

Dessa maneira, no contexto abordado no artigo, compreende-se que a figura de Zapata emerge em um ambiente profundamente tumultuado, decorrente das implicações da colonização espanhola. Nesse cenário, apenas parcelas restritas de terra foram destinadas à população, enquanto as políticas liberais adotadas por Porfírio Díaz, o ditador mexicano, resultaram na concentração de meios de produção nas mãos de uma elite. Isso se evidencia, por exemplo, nas haciendas, que aglomeravam propriedades de terras e exploravam os camponeses mediante a utilização de trabalho escravo (RAMPINELLI, 2011).

Na representação simbólica de Zapata, um acontecimento notável ocorreu durante a madrugada de 1994, quando um contingente de indivíduos encapuzados articulou uma denúncia veemente da invisibilidade enfrentada pelos povos indígenas e das condições desumanas às quais estavam submetidos todos aqueles que não pertenciam à elite econômica. Essa ação reivindicava um caminho alternativo que eliminasse a exclusão social e a pobreza impostas pela globalização (MORAES, 2006). O grupo responsável por essa manifestação é o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), conhecido igualmente como movimento zapatista ou neozapatista.

Esse movimento surge de forma indireta como resposta ao fervor existente pela busca da diversidade, principalmente nos anos 1960, marcados por uma efervescência de movimentos sociais e estudantis. Após as manifestações de 1968, observa-se uma reorganização do movimento, caracterizando-se por uma postura de resistência contra a violência perpetrada pelo governo de Gustavo Díaz Ordaz. O EZLN apresentou-se ao cenário global, demandando por liberdade, dignidade e justiça em 1º de janeiro de

1994. Entretanto, sua gestação teve início em novembro de 1983, quando um contingente de militantes chegou à região de Chiapas. Nesse contexto, estabeleceu-se a integração entre as comunidades indígenas locais e o grupo de guerrilheiros. Este processo culminou, em 1984, no estabelecimento de um exército popular (MORAES, 2006).

Colocando em perspectiva a vulnerabilidade indígena, este artigo se propõe a examinar a relevância do movimento zapatista enquanto expressão representativa desse estrato populacional. Assim sendo, a indagação central orientadora é delineada da seguinte maneira: “Como se configura a representação revolucionária e a importância do movimento zapatista para os povos indígenas no México?”. A abordagem dessa problemática fundamenta-se na premissa de que Emiliano Zapata emerge como um paradigma inspirador para o EZLN e para os povos originários em toda a América Latina. Sua firmeza e dedicação na defesa da terra e liberdade, contrapondo-se às diversas manifestações de exploração do capitalismo que se intensificaram durante a Revolução Mexicana, servem de alicerce para esta análise.

Para os propósitos deste estudo, opta-se por empregar uma abordagem fundamentada em revisão bibliográfica acerca do movimento zapatista, da Revolução Mexicana e de povos indígenas da América Latina. A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de fundamentar as ideias apresentadas neste trabalho por meio do acervo teórico disponível em livros, artigos e documentos pertinentes ao tema. O enfoque qualitativo adotado proporciona uma oportunidade reflexiva sobre o objeto de pesquisa, contribuindo para a compreensão da relação entre a representatividade indígena e o movimento em questão. Esta abordagem permite uma comunicação efetiva com o campo de estudo, oferecendo reflexões valiosas sobre a complexidade dos eventos e fenômenos analisados (FLICK, 2007).

A justificativa para esta pesquisa se embasa na demanda por um aprofundamento no entendimento da representatividade e do que significa ser indígena. Além disso, investiga-se como essas perspectivas influenciam o cenário mexicano. Para melhor compreender esta complexidade, é crucial analisar a presença histórica dos povos originários e mestiços na América Latina, delineando, assim, um panorama mais abrangente e enriquecido. A história do Sul Global, especialmente do movimento zapatista, não pode ser negligenciada no âmbito acadêmico das Relações Internacionais (RI). Nesse contexto, destaca-se a responsabilidade do internacionalista em compreender as dinâmicas políticas que permeiam a América Latina, proporcionando uma formação mais substancial e uma compreensão aprofundada dos direitos indígenas e humanos em uma perspectiva global e periférica, de um estudo produzido por pesquisadores internacionalistas e latinos.

Zapata e a Revolução Mexicana

Como é dito por Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto Comunista (2015, p. 40), “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. Esta frase está relacionada ao método de análise marxista, o materialismo histórico-dialético, isto é, como o modo de produção econômico vigente afeta as outras nuances da vida social. Neste raciocínio, a história de Zapata e da Revolução Mexicana está interligada ao conceito de acumulação primitiva (MARX, 2013), pois a compreensão aprofundada do processo histórico revela a interconexão inerente entre as nações afetadas pelo imperialismo e colonialismo. O êxodo rural, o cercamento de terras, o saqueio colonial, o comércio de escravos e outras práticas associadas à acumulação primitiva desempenham papéis determinantes na tessitura histórica. No contexto da Revolução Mexicana, tais processos podem ser percebidos como elementos constitutivos que influenciaram as dinâmicas sociais e econômicas subjacentes aos conflitos revolucionários.

Aos dezesseis anos, Emiliano Zapata Salazar ficou órfão juntamente com seus irmãos, herdando uma propriedade e gado. Dedicou-se, então, à terra, cuidando das plantações de milho e criação de cavalos. Aos 30 anos, em 1909, tornou-se líder do Conselho de Defesa das Terras de Anenecuilco, marcando o início de seu comprometimento em proteger seu povo e suas terras. Sua revolta contra a desigualdade, representada pela riqueza dos grandes fazendeiros e a miséria enfrentada por seu povo para se alimentar e vestir, foi catalisada por essa experiência (BRUNK, 1995).

Segundo Soares (2016), a Revolução Mexicana, que teve início em 1910 e se encerrou em 1917, foi um marco na história mundial, precedendo o surgimento da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Além disso, a revolução conseguiu pôr fim à longa ditadura de Porfírio Díaz, destacando as forças sociais no México, sejam elas camponesas ou indígenas. Durante esse período de transformações, o México enfrentou uma considerável instabilidade política devido aos conflitos gerados pela transição de poder. A ditadura de Porfírio Díaz (1884-1911) foi sucedida por Francisco Madero (1911-1913), cujo governo resultou em grande insatisfação popular, culminando em um golpe de Estado liderado por Victoriano Huerta.

É nesse contexto que a figura de Zapata começa a ganhar destaque no sul do país, sob o lema “Terra e Liberdade”. Seu exército libertário, composto por camponeses e indígenas, lutava por melhorias, reivindicando a reforma agrária. A Revolução de 1910 foi um dos grandes levantes no México, marcando o início da visibilidade da força indígena. Muitos movimentos de oposição que surgiram durante esse período tinham líderes indígenas e camponeses, representando uma afirmação desses grupos como parte integrante da sociedade mexicana (SOARES, 2019, p. 21). No entanto, a primeira fase da Revolução, liderada por Francisco I. Madero, tinha uma abordagem predominantemente política, deixando em segundo plano as questões de cunho econômico e social, o que acabava por afastar a população. Zapata conquista a adesão popular ao focar em objetivos bem definidos, como a questão da reforma agrária (HERZOG, 1995).

No contexto da Revolução Mexicana, a luta de classes se delineou na disputa entre duas facções distintas: o lado liderado por Victoriano Huerta, composto por banqueiros, fazendeiros, grandes industriais e comerciantes; e o lado representado por Venustiano Carranza, um dos líderes da época que assumiria a presidência em 1917, compreendendo intelectuais, trabalhadores de minas, oficinas, fábricas, e sobretudo, camponeses e indígenas (HERZOG, 1995; BARBOSA, 2022).

Nesse contexto, emergiu como um importante articulador contra o sistema vigente o líder Emiliano Zapata, que se organizou junto com camponeses e indígenas no estado de Morales, formando o Exército Libertador do Sul (ELS). Rapidamente, conquistou a adesão e simpatia do povo, sendo reconhecido como um símbolo de coragem e resistência. É relevante destacar que Zapata e seus companheiros de luta opuseram-se a praticamente todos os presidentes que estiveram no poder durante a Revolução Mexicana, incluindo Porfírio Díaz, Francisco Madero, Victoriano Huerta e Venustiano Carranza. Todavia, ocorreu uma tentativa de conciliação entre as classes, evidenciada pela relação entre o Exército Libertador do Sul (ELS) e Francisco Madero. Zapata alinhou-se com as ideias de Madero por quase um ano, durante o qual Madero se comprometeu, no Plan de San Luiz de Potosi, a restituir as terras expropriadas pelos latifundiários aos indígenas. No entanto, esse compromisso não foi cumprido, resultando no rompimento das relações entre Zapata e Madero, desencadeando uma revolta contra todas as formas de política vinculadas à propriedade capitalista da época (PRADO, 2003).

Zapata foi significativamente influenciado pelas correntes europeias que ganhavam popularidade na época, notadamente a corrente anarquista. Aprofundando-se nessa influência, o revolucionário baseou-se mais firmemente nesses princípios à medida que sua aproximação com o professor Otilio Montano se

intensificava. Ademais, dedicou-se ao estudo das obras de Ricardo Flores Magón, um pensador indígena e anarquista contemporâneo (LÓPEZ, 2018).

Em 1911, Zapata e Otilio Montaño conceberam um novo plano político, o Plan de Ayala, cujo lema era “Reforma, Liberdade, Justiça e Lei”. Este plano não se limitava a ser uma mera expressão de intenções, mas sim uma declaração de ação imediata, buscando as mudanças sociais almejadas ao longo dos primeiros anos da Revolução Mexicana. Nota-se que Emiliano Zapata emergiu como representante de toda uma classe durante o período em que se destacou. O Plan de Ayala, em particular, serviu como meio pelo qual o movimento liderado por Zapata expressou as demandas dos camponeses e indígenas, destacando a reivindicação pela reforma agrária e, sobretudo, representando uma classe social em luta, buscando defender seus interesses e necessidades (PRADO, 2003).

Ao longo dos anos e culminando com o encerramento da Revolução em 1917, Carranza opta por instituir uma nova constituição, visando contemplar os agentes populares e mitigar a instabilidade no país (ANDRADE, 2021). Essa carta constitucional de 1917 assume uma notável relevância para o México, permanecendo como um paradigma jurídico e social na história do século XX. Andrade (2021, p. 393) destaca que o texto da constituição está dividido em duas partes distintas, denominadas de dogmática e orgânica. A seção dogmática aborda as garantias individuais, direitos e liberdades sociais, enquanto a parte orgânica da carta se dedica à estruturação dos poderes e à organização do país e dos estados mexicanos.

Dá-se ênfase principalmente ao artigo 27 da Carta de 1917 pois este está especialmente dedicado à principal reivindicação da Revolução Mexicana, a reforma agrária. Este artigo assegura a soberania nacional sobre terras e águas, prevendo a possibilidade de indenização em caso de desapropriação, além de garantir a proteção da pequena propriedade e sua função social (ANDRADE, 2021). A Revolução Mexicana, concluída em 1917, resultou assim na consolidação de uma nova ordem constitucional que perdura até os dias atuais no México.

Após alguns anos dessa conquista significativa, Emiliano Zapata foi tragicamente assassinado em 10 de abril de 1919, vítima de uma emboscada durante o governo de Venustiano Carranza, na Hacienda de Chinameca. Este ato, premeditado por Jesus Guajardo Martínez, sob ordens de seu superior Pablo González em 8 de abril de 1919, foi realizado sob a pretensão de Jesus de integrar-se ao Exército de Zapata, cumprindo diversas missões dadas por Emiliano Zapata, conquistando assim sua confiança. Subsequente à descoberta da emboscada no local do assassinato de Zapata, ocorreram confrontos armados nos quais os zapatistas foram derrotados. Jesus Guajardo e sua tropa deixaram a Hacienda com o cadáver de Emiliano Zapata a bordo de um cavalo, conduzindo-o até a cidade de Cuautla (SILVA et al., 1967).

A representação de Zapata espelha a determinação de uma comunidade que, ao se unir, logra triunfar e se revelar ao mundo. Também, ela evidencia a firmeza necessária para alcançar a reconstrução revolucionária de uma nação, mesmo que não tenha conquistado completamente os sonhos dos camponeses e povos originários. Sem a persistência de alguém como Emiliano, os mexicanos do campo teriam alcançado conquistas consideravelmente menores (TUTINO, 1990; PRADO, 2003).

Entendendo o Exército Zapatista da Libertação Nacional

Como fora abordado anteriormente, durante o século XX o México enfrentou persistentes problemas de desigualdade econômica e social. A terra estava concentrada nas mãos de poucos, enquanto muitos camponeses indígenas viviam na pobreza. O acesso limitado à educação e aos serviços de saúde agravou a marginalização das comunidades indígenas e camponesas (GALEANO, 2000). Nesse contexto, o Exército

Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se torna conhecido mundialmente a partir de uma intervenção no estado de Chiapas, no sul do México em 1994 (STEPHEN, 1965).

A criação do EZLN se torna profundamente influenciada pelo contexto político, social e econômico do México, que incluiu questões como desigualdade, marginalização e a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Tal tratado trouxe grandes preocupações para o México, pois o acordo comercial aprofundaria a desigualdade, prejudicando os pequenos agricultores e comunidades indígenas localizadas em todo o México. Além disso, a liberalização econômica poderia resultar em uma competição desigual, colocando em risco os meios de subsistência tradicionais ligados a agricultura local de cada estado mexicano (MORAES, 2006).

Para de fato entendermos a formação do EZLN e sua organicidade, precisamos antes entender como ele surgiu. Um fator importante que contribuiu para sua criação foi a série de manifestações sociais existentes a partir dos anos 1960, visto que o México, juntamente com outros países latino-americanos, enfrentou a partir da década de sessenta fortes repressões, o que fez com que os jovens e trabalhadores se organizassem para reivindicar suas demandas políticas, sociais e econômicas. Desde os primeiros meses de 1968, em diversas capitais e até em cidades menores dos países mais influentes do mundo, uma multidão de jovens, em sua maioria estudantes universitários e secundaristas, saíram às ruas para expressar críticas diretas às sociedades em que viviam, assim como aos regimes políticos que as governavam. Essa mobilização incluiu indivíduos de várias nacionalidades, como franceses, alemães, espanhóis, egípcios, poloneses, brasileiros, mexicanos, norte-americanos e muitos outros, formando uma espécie de movimento juvenil internacional contrário ao sistema estabelecido. Por alguns meses, especialmente na França, tudo parecia estar à beira do colapso diante da tempestade provocada pela juventude. Sob o impacto da fúria das ruas, as autoridades enfrentaram sérias dificuldades naquele ano peculiar e extraordinário (SCHILLING, 2008; VITALI, 2014).

Conforme previamente mencionado, a ascensão dos movimentos sociais ocorreu em grande parte dos países da América Latina, salientando-se casos como os do Chile e do Brasil, influenciados pela intensa repressão e pelos regimes ditatoriais. Esses eventos evidenciaram uma cultura antissistema. No México, um elemento significativo para esse fenômeno foi o “Massacre da Praça das Três Culturas” ou, popularmente conhecido como “Massacre de Tlatelolco”, que ocorreu em 1968 como resposta ao atentado perpetrado pelo Estado contra estudantes da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Durante o contexto dos Jogos Olímpicos sediados no México, quando os olhos do mundo estavam voltados para o país, estudantes e trabalhadores se mobilizaram para denunciar as políticas e a economia estabelecidas. A reação do governo à manifestação ocorrida na praça em 02 de outubro foi implacável e violenta. Milhares de militares, sob ordens governamentais, abriram fogo contra a multidão presente, que incluía tanto manifestantes quanto civis que observavam pacificamente os protestos. Até hoje, as estimativas sobre o número de mortos no conflito permanecem incertas, contudo, é crucial destacar as consequências duradouras desse episódio, para além das trágicas estatísticas (HERNÁNDEZ, 2001; VITALI, 2014).

A severa repressão e as fatalidades ocorridas em 2 de outubro serviram como catalisador para o surgimento de inúmeros grupos armados no México, conferindo maior organicidade aos movimentos guerrilheiros. Nesse contexto, em 1983, emerge a Frente de Libertação Nacional (FLN), cujas raízes remontam a influências marxista-leninistas, tomando como referência a Revolução Cubana de 1959. Através dessa dinâmica, as células guerrilheiras da FLN se dispersaram por diversos territórios mexicanos, destacando-se, nesta análise, a célula estabelecida na região da Selva Lacandona em Chiapas, que deu origem efetiva ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) (HARVEY, 1998; VITALI, 2014). A escolha da Selva Lacandona, uma floresta localizada no leste do estado de Chiapas, entre os rios

Usumacinta, Perlas e Lacantún, habitada pelo povo maia lacandão, foi motivada pela difícil acessibilidade do local e por sugestão de indígenas residentes na região. O local de instalação do grupo foi denominado como La Pesadilla (o pesadelo), e durante o período de 1983 a 1985, a guerrilha utilizou esse processo para aprender a viver nas montanhas e se preparar para uma revolução que acreditavam ser possível no México, à semelhança do ocorrido em Cuba (STEPHEN, 1965; VITALI, 2014).

Conforme enfatizado por Nogueira (2022), em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), originado da selva de Lacandona, executou uma ocupação significativa em diversas cidades de Chiapas, abrangendo Huixtán, Oxchuc, Oxosingo, Altamarino, Las Margaritas, Chanal e San Cristobal de las Casas. Este evento teve repercussões amplas, sendo acompanhado pela divulgação da "Declaración de la Selva Lacandona" - um manifesto que articulava reivindicações relacionadas à terra, saúde, educação, habitação, justiça, paz e outras questões pertinentes. Ao emergir na cena política mexicana em 1994, o EZLN convocou o povo mexicano a apoiar sua causa. A Declaração da Selva Lacandona, a primeira das seis já redigidas, abordava a resistência secular contra a colonização espanhola, reivindicava a herança revolucionária de Emiliano Zapata e Pancho Villa, e destacava a luta contra a ditadura de Porfirio Díaz no início do século, culminando nos anos 90, associando sua situação de extrema miséria à classe política dominante no México. Os zapatistas consideravam a via armada como a única solução viável diante de uma "camarilla de traidores" à revolução mexicana, detentores do poder por mais de 70 anos, fazendo uma clara alusão ao PRI. Além disso, propuseram a renúncia do então presidente em exercício, Carlos Salinas, e a formação de um governo de transição democrática (NOGUEIRA, 2022).

Neste seguimento, a "Declaración de la Selva Lacandona" desempenhou um papel fundamental ao convocar o apoio da população à causa do movimento zapatista, mediante a evocação da memória histórica do país. Destaca-se a reivindicação das figuras de Zapata e Pancho Villa. Adicionalmente, esse apelo contribuiu para que a população compreendesse a natureza da resistência, ancorando-se na memória coletiva que abrange desde os períodos da colonização espanhola até os eventos impactantes da Revolução Mexicana. Essa consciência histórica se estende à compreensão das nuances da ditadura de Porfirio Díaz e da prolongada hegemonia de mais de 70 anos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que detinha o controle político (NOGUEIRA, 2022).

O levante zapatista de 1994, além de manifestar uma natureza revolucionária ao demandar reivindicações sociais, revela-se como um movimento intrinsecamente conectado aos camponeses indígenas. Sua estrutura organizacional, enquanto movimento de luta armada, concentra-se primariamente na reivindicação histórica da terra pelos povos indígenas. Adicionalmente, o movimento propõe a renúncia daqueles que ocupam posições de maior privilégio em relação aos que sofrem, e continuam a sofrer, em condições de extrema miséria. Essa privação não se limita apenas ao direito à terra, mas abrange também a habitação, alimentação, educação e o direito à vida (MOREL, 2019).

A partir desse contexto, o contato da EZLN com as etnias indígenas de origem Maia foi se tornando cada vez mais recorrente, ao ponto de que, com o passar do tempo a EZLN fosse composta majoritariamente por indígenas e mestiços. A partir dos estreitamentos desses laços, as problemáticas que os povos indígenas enfrentavam, como a negligência, o racismo e a falta de políticas públicas foram se tornando cada vez mais central nas pautas do Exército Zapatista, tendo o mesmo tirado de foco o espelhamento em Che Guevara e começado a considerar Emiliano Zapata como uma das maiores inspirações no que diz respeito a tocar luta no México (MORA, 2007; VITALI, 2014).

Em 1º de janeiro de 1994, o Estado de Chiapas testemunhou os clamores do emblemático "Já Basta". Bairros, vilas e ruas em diversas cidades despertaram sob a presença de homens e mulheres indígenas com os rostos ocultos e armados, que buscavam não apenas a afirmação de suas identidades e a defesa dos

direitos humanos, mas também contestar o Acordo de Livre Comércio entre México e Estados Unidos (NAFTA). Sob a liderança do Subcomandante Marcos, a EZLN anunciou as razões por trás de sua luta contra o modelo neoliberal, que, segundo eles, obstaculizava a justiça, a liberdade e o respeito à cultura de todos os mexicanos (MORAES, 2006). O “Já Basta” representou a primeira declaração oficial da EZLN, também conhecida como Primeira Declaração da Selva Lacandona. Essa proclamação expressava a revolta do movimento em relação ao que denominavam de “mau governo”, referindo-se ao mandato de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), marcado por políticas neoliberais. Essa expressão busca elucidar os conflitos da década de noventa à luz dos elementos históricos do país, desde a colonização e escravização até a luta pela independência contra a Espanha (BAIÃO, 2014).

Por ter sido uma declaração e um grito de “Já basta” com intuito de chamar a atenção da população, acabou que a finalidade era de a leitura ser rápida e no sentido de urgência, de que era necessário dar um basta em todas as formas de opressão que vinham marcando o México. O projeto político ali descrito era focado no ano de 1492, que foi a chegada de Colombo a América, e principalmente na resistência indígena. O EZLN se colocava na posição de resistência a toda opressão, não só isso, mas também referenciava a Revolução Mexicana e na importância de Emiliano Zapata (BAIÃO, 2014).

Nesse sentido, da anúncio internacional do EZLN em 1994 até os dias atuais, o que se vê é um grande avanço na consolidação dos defensores do próprio movimento, sendo apoiado por algumas personalidades importantes no México e no mundo todo, como por exemplo, Samuel Ruíz¹ que foi um religioso mexicano conhecido por defender os direitos indígenas.

O Exército Zapatista ofereceu aos povos indígenas a possibilidade de se ter um norte: o de morrer lutando ao invés de continuar morrendo pela negligência do governo. Não é à toa que o EZLN é conhecido por resistir à exclusão e ensinar ao mundo as possibilidades de construir uma sociedade melhor (MORAES, 2006).

Por fim, a estratégia de comunicação adotada pelo movimento zapatista foi essencial para ganhar a simpatia da população, distanciando-se de uma postura de imposição de posição e ideologia preexistentes. Em vez disso, os zapatistas optaram por se sobrepor e declarar sua verdadeira identidade como seguidores e inspirados pela figura de Zapata. Não é coincidência que iniciaram a Primeira Declaração da Selva Lacandona com a expressão “Hermanos Mexicanos”, evidenciando que são, antes de tudo, cidadãos do país. Estavam dirigindo-se aos seus conterrâneos que, naquele momento, assumiam o papel de espectadores diante da luta que se desencadearia dali em diante (VITALI, 2014).

Nesse contexto, percebe-se que os zapatistas representam uma minoria social, frequentemente negligenciada no território mexicano. Não apenas isso, mas constituem um conjunto formado por indígenas de herança maia e camponeses, que enxergaram na luta armada e na guerrilha a oportunidade de efetivar mudanças tangíveis. Seja por meio de panfletos, diálogos, discursos ou confrontos, conseguiram estabelecer uma conexão entre a preservação do passado e a busca por transformações no futuro, atuando no tempo presente.

¹ Samuel Ruíz foi um defensor da luta dos povos indígenas no México, especialmente no estado de Chiapas. Nasceu em 1924 e morreu em 24 de janeiro em 2011, foi o mediador entre o governo federal e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) durante o conflito de Chiapas, em 1994.

Identidade, povos indígenas e os mestiços no México

Primeiramente, quando se fala em povos indígenas no México é necessário ter em mente que as suas culturas, tradições e povos são múltiplos. Portanto, torna-se explícita a necessidade de compreender que existem vários povos, com sua pluralidade e raízes históricas dentro do movimento indígena. Existem mais de 62 grupos² etnolinguísticos no México que possuem diferenças entre si, tendo seus idiomas, suas tradições e características de celebrar seus ancestrais próprios (LINARES, 2008).

O estudo do conceito de identidade e etnicidade assume um papel fundamental no contexto deste artigo. Conforme destacado por Luvizotto (2009), os termos grupo étnico, identidade étnica e etnicidade têm uma complexidade teórica considerável nas Ciências Sociais, dada a variedade de características que abrangem desde a cultura “comum” até a construção simbólica da identidade étnica. De acordo com Barth (1998), um grupo étnico representa uma forma de organização social que expressa uma identidade distinta em relação a outros grupos. Essa perspectiva se alinha à visão de Hall (1999) que concebe a identidade como um entrelaçado de representações culturais construídas em situações específicas com relação a esses grupos étnicos, sendo assim um meio de organizar e influenciar as ações e concepções individuais.

Além disso, a identidade étnica se diferencia de outras formas de identidade coletiva, como participar de práticas cívicas comuns de um país, entoar o hino nacional ou celebrar datas importantes. A identidade étnica, por sua vez, se orienta para o passado e está relacionada à memória coletiva, sendo fundamentada na fixação de símbolos identitários que corroboram a crença em uma origem comum (GIL, 2006).

Nesse contexto, é preciso compreender quem são os indígenas no México. No território mexicano, a etnia e a cultura indígena desempenham um papel central na luta pela terra. Isso se deve ao fato de que, ao longo dos séculos, os povos indígenas no México foram subordinados a outros grupos, como os espanhóis e seus descendentes, bem como as elites e as classes médias (BARTRA; OTERO, 2008).

A etimologia da palavra indígena significa “nativo/autóctone”, o que coloca em um contexto histórico os que chegaram antes; aqueles que são “naturais” de determinado lugar. São diversos termos que podem ser utilizados, como indigenous people em alguns lugares, first nations, pueblo originário, aborígenes, dentre outros (VIEGAS, 2016). Dessa forma, torna-se evidente que a partir dos anos 70, a diversidade sociocultural passou a ser mais respeitada nos debates internacionais. Não é por acaso que o Convênio 107 sobre populações indígenas, aprovado na Conferência Internacional do Trabalho em 1957, foi revisado, e o direito à autodeterminação dos povos passou a ser vigorosamente reivindicado (VIEGAS, 2016).

Por isso, de acordo com Navarrete (2004), os indígenas tampouco são um grupo único e homogêneo. As sociedades indígenas que vivem no México sempre foram muitas e distintas entre si. Entende-se, portanto, que os povos nativos do México sempre possuíram sua pluralidade étnica e que foi o próprio processo de colonização, da chegada dos europeus, que a etiqueta de “indígena” foi imposta a esses grupos porque os espanhóis os viam como iguais, no sentido de terem a mesma origem geográfica e não serem nem católicos, nem europeus; servindo de pressuposto para a sua exploração e dominação (NAVARRETE, 2004). Ademais, apesar das diversas tentativas de dominação e assimilação desses povos, eles persistem e continuam a existir. Não é por acaso que o México é o país com a maior população indígena na América

² Esse resultado de 62 grupos indígenas no México é impreciso, alguns autores acreditam que existem cerca de 78 povos indígenas no país, como é possível ver no documento elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), através do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, chamado “Os Povos Indígenas na América Latina” de 2015.

Latina, contando com aproximadamente 16.933.283 pessoas que se autodeclararam indígenas em seu território, de acordo com a CEPAL (2015).

Os Tzotzil, Tzeltal, Tojolabal, Zoque e Ch'ol são alguns dos povos indígenas do México de origem Maia que compõem o levante zapatista, enquanto existem muitas outras etnias, como os Mazatecas de Oaxaca, os Otomis e Mixtecas que são de origem asteca. Além desses povos, existem também os indígenas maseual que são os habitantes da Serra Nororiental de Puebla que formam parte dos nahuas orientais, são um povo que, de acordo com Rocha (2020), conduzem predominantemente sua economia por meio de estruturas de produção familiares, envolvendo laços cooperativos e métodos tradicionais de solidariedade e trabalho coletivo. A escala comunitária representa o alicerce para a prática de atividades nos domínios político, cultural, religioso, entre outros.

Percebe-se, portanto, que a população indígena se encontra em diversas regiões do México, principalmente no Sul e no Centro, uma vez que são as mais montanhosas (NAVARRETE, 2004). Os povos originários no México, assim como em outros países que foram colonizados em algum momento, como o Brasil e o Canadá, enfrentam desafios significativos tanto em contextos rurais quanto urbanos. Eles são os mais impactados pela escassez de acesso aos serviços governamentais, muitas vezes vivendo em condições de extrema pobreza e fome. Quando se encontram em ambientes urbanos, é comum vê-los relegados a áreas periféricas, frequentemente em condições precárias, como os conhecidos “cortiços” (IGREJA, 2019).

Um fator importante da própria questão de identidade e etnia do México é a questão dos mestiços, isso porque se vê, até os dias atuais, uma forte propagação de que o mestiço é superior à pessoa originária de uma terra. Por conta disso, os indígenas dos dias de hoje são considerados um problema; porque são uma minoria da sociedade mexicana que se negaram a se incorporar ao México mestiço e abandonar seu passado (NAVARRETE, 2004). A contínua existência dos indígenas é vista como um reflexo de uma falha por parte dos mexicanos, seja devido ao racismo dos mestiços e à forma como marginalizaram os indígenas, ou à incapacidade dos próprios indígenas de se modernizarem e progredirem. Portanto, a presença de 10 milhões de mexicanos que ainda se distinguem dos demais é concebida como o “problema indígena”, visto como um desafio que a nação precisa superar (NAVARRETE, 2004).

Sendo assim, nota-se que O desejo dos indígenas de obter o reconhecimento de sua cultura e tradição é percebido como um desafio para o México, evidenciando a marginalização enfrentada por esses grupos. A fala sobre a marginalização desses povos se fundamenta na história, uma vez que os nativos do território mexicano foram alvo de várias tentativas de assimilação cultural e apagamento étnico ao longo do tempo (DIAS, 2008). Conforme Dias (2008), desde o início da colonização espanhola desenvolveu-se um processo de miscigenação, tanto que o fato da capital da Nova Espanha — formado na época pelo Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México e Utah nos EUA e indo até a Costa Rica, tendo como capital a Cidade do México — ter sido construída pelas ruínas da antiga capital asteca serviu para esse processo.

Por conta desse contexto, foi pensado em um projeto onde a nação mexicana seria articulada em torno dessa identidade mestiça, onde os indígenas e sua cultura são algo do passado; pré-hispânico. Sendo assim, essa visão que é problemática coloca tanto os indígenas como os mestiços em uma concepção simplista, uma vez que os mestiços são reduzidos à modernidade, em que devem ter orgulho de seu passado indígena, mas que tem que fazer da modernidade sua cultura para haver progresso e os indígenas são invisibilizados; colocados para fora da história e também sendo negados de ter mudança e avanços sem perder sua identidade (NAVARRETE, 2004).

Diante desse cenário, surgiu a ideia de um projeto em que a identidade mexicana seria centrada na mistura racial, destacando os indígenas e sua cultura como pertencentes ao passado, à era pré-hispânica. Essa perspectiva problemática simplifica tanto os indígenas quanto os mestiços, relegando estes últimos à

modernidade, onde devem orgulhar-se de sua herança indígena, mas ao mesmo tempo, adotar a modernidade como parte de sua cultura para alcançar o progresso. Os indígenas, por sua vez, são tornados invisíveis, excluídos da narrativa histórica e negados em seu direito de buscar mudança e avanço sem renunciar à sua identidade (NAVARRETE, 2004).

Assim, observamos que a visão simplista dos mestiços decorre da diversidade de grupos étnicos, sociais e religiosos que os compõem, cada um com suas diferenças e práticas discriminatórias relacionadas a classe, cor e etnia. Contudo, é importante ressaltar que essa observação não diminui o impacto das duras consequências do racismo e da colonização na miscigenação do indígena, uma vez que, conforme destacado por Navarrete (2004), os mestiços mexicanos dirigem aos indígenas a mesma forma de racismo que praticam entre si. Isso se traduz no desprezo das elites mestiças pelas massas mestiças, considerando-se mais modernas, brancas e superiores, enquanto os mestiços como um todo se veem como mais modernos, brancos e superiores em relação aos indígenas. Esta ocorrência demonstra uma relação complexa entre raça e classe, na qual a condição econômica desempenha um papel singular neste processo discriminatório.

Por fim, constata-se que o PRI, o partido que dominou a maior parte do século XX no México, conseguiu implementar a política de miscigenação no território mexicano. Entretanto, essa implementação não foi completa, visto que não ocorreu a integração total das comunidades indígenas. Pelo contrário, testemunhamos o surgimento de diversos movimentos indígenas que reafirmam suas identidades étnicas, originárias e populares (GIL, 2006). Dessa forma, compreendemos que os povos indígenas no México resistem, preservando suas tradições. Essa resistência não se limita a organizar revoltas, como observado no caso dos indígenas zapatistas de origem Maia, nem a adotar formas alternativas de modernidade que comprometam a preservação de sua história coletiva. Em última análise, desafiar o paradigma que associa os indígenas ao passado torna-se essencial para essas comunidades, sendo realizado principalmente por meio da reivindicação de terras, respeito e autonomia.

Identidade, povos indígenas e os mestiços no México

Somos Zapatistas de raiz maia. [...] O Estado mexicano e seus governos não nos reconhecem como nacionais desta geografia: somos estranhos, estrangeiros, indesejáveis, inoportunos nos mesmos solos que foram cultivados por nossos antepassados (EZLN, 2021, *online*).

Como colocado acima, os zapatistas possuem raiz Maia e consideram que o Estado mexicano e os seus governos os invisibilizam mesmo após 500 anos de colonização. Nesse sentido, torna-se necessário compreender a representatividade indígena e como o movimento zapatista é colocado nessa posição. Com o propósito de explorar essa questão, é necessário analisar e compreender o processo histórico que culminou na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), investigando suas ações, discursos e, adicionalmente, examinar o conceito de representatividade e como esses dois elementos analíticos podem estar interconectados na prática, especialmente no contexto dos povos originários.

A primeira aparição do movimento zapatista surge enquanto um resgate histórico do México, denunciando todas as questões de seu passado. O ponto interessante é que o movimento, com o passar do tempo acabou atraindo para si também a retomada da memória indígena e campesina, uma vez que a maior parte que compõe o EZLN é formada por essas identidades (SOARES, 2019).

Primeiramente, o EZLN em sua primeira declaração se colocou enquanto aqueles que se consideravam os sucessores dos verdadeiros construtores de sua identidade nacional, os despossuídos, representando milhões de pessoas. A referência ao movimento zapatista remonta à identidade da população que ocupava o México antes da colonização, considerando as diversas etnias presentes no país. Nesse

sentido, no dia 1º de janeiro de 1994, o movimento zapatista empreendeu esforços para reivindicar e identificar aqueles que estiveram envolvidos na luta ao longo de toda a história do México. O que se vê constantemente nas declarações zapatistas é a crítica de como o governo mexicano negligenciou o seu povo, mas principalmente, como afetou as comunidades indígenas e retirou o que lhes pertence, que no caso é a terra (VITALI, 2015). Dessa maneira, resta entender todo o processo pelo qual passou o México e a questão indígena, para que ela fosse tratada de maneira tão enfática pelo movimento zapatista.

O que vimos até agora sobre o EZLN é que o movimento por ter se locomovido para uma região afastada de Chiapas — a Selva Lacandona — se aproximou muito dos povos originários que ali habitavam e que através disso passou a ter em sua composição uma quantidade majoritária de indígenas, tendo como grande referência originária na imagem do movimento zapatista Viejo Antonio. O Viejo Antonio foi um importante ancião dentro do movimento, porque foi o mesmo que ensinou ao Subcomandante Marcos — este que não é indígena — os passos e ensinamentos necessários para fortalecer a luta dos zapatistas, no entanto, o mesmo, de acordo com Marcos, morreu ainda em 1994, restando dúvidas para aqueles se o mesmo realmente existiu ou foi apenas um personagem literário criado por Marcos, que viria, indubitavelmente, representar e ser um participante da história de Chiapas e dos zapatistas (VITALI, 2014).

Assim, compreende-se que, independentemente de sua existência factual, a figura de Viejo Antonio detém uma significativa importância para o EZLN. Isso ocorre porque, nas narrativas por ele compartilhadas, são apresentados elementos essenciais que evidenciam de maneira incontestável a ligação do movimento zapatista com os povos originários. Esses elementos incluem os deuses maias criadores do mundo, como Ik'á e Votán; figuras da história mexicana, como Emiliano Zapata; componentes da natureza, como a noite, as estrelas, o dia, as nuvens, a chuva, as montanhas e a selva; além de elementos abstratos, como o tempo e os sonhos (VITALI, 2015; CRUZ, 2019).

Neste sentido, se percebe a construção de uma identidade coletiva através desses relatos, onde a imagem do ser originário permanece em ênfase. A partir disto, começa-se a entender o processo de construção de uma identidade coletiva, que segundo Gonçalves (1999), se caracteriza pela condição social de vida semelhante, resultando dessa maneira, num possível caminho para a representatividade indígena no movimento zapatista.

O conceito de representatividade é objeto de amplo debate, apresentando distintas perspectivas, como observado nas abordagens de Roger Chartier, Pierre Bourdieu e Stuart Hall. Segundo Chartier (2002) e Bourdieu (2006), as representações são construções sociais da realidade, nas quais os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e do contexto de seu grupo. Isso implica que os grupos desenvolvem representações tanto de si mesmos quanto de outros grupos com base em suas experiências históricas. Entretanto, para Stuart Hall (2002), a representação vem ligada à linguagem e à forma em que se constrói significado, existindo três teorias que discutem a representação, sendo elas: a reflexiva, a intencional e a construcionista. Na teoria reflexiva, a linguagem é concebida como um espelho que reflete o verdadeiro significado preexistente no mundo. Na abordagem intencional, aquele que fala impõe o significado por meio da linguagem. Já na perspectiva construcionista, a linguagem é considerada um produto social no qual os significados são construídos por meio de sistemas de representação. É notável que Hall (2002) encontra uma afinidade particular com a teoria construcionista ao ajustar sua concepção de representação.

Compreendendo esta noção de representatividade e do que foi o EZLN, torna-se imperativo entender que durante o processo histórico do México, a mestiçagem dentro do país passou a se tornar uma ideia que incorporou uma imagem simbólica do indígena, tornando suas tradições culturais como algo meramente do passado e o mestiço passou a ser visto como mexicano “moderno” (DIAS, 2008).

Com a aparição do EZLN, o contexto do movimento indígena vai, aos poucos, apresentando outras conotações e começa a denunciar cada vez mais o fato das identidades étnicas indígenas terem sido estigmatizadas, invisibilizadas e vítimas do racismo. Entretanto, apesar da significância do EZLN para o movimento indígena, em sua declaração pública inaugural, que ocorreu estrategicamente no mesmo dia da assinatura do NAFTA pelo governo mexicano, em 1º de janeiro de 1994, o EZLN se apresenta da seguinte forma: “somos resultado de 500 anos de luta...”, enfatizando que “nós, os despossuídos, somos milhões...” (1994 apud DIAS, 2008, p. 179). Nesse estágio inicial, a questão indígena é abordada de maneira predominantemente subjetiva, estando fortemente entrelaçada à dimensão socioeconômica. Observa-se, portanto, que, apesar de estabelecer um vínculo significativo com os indígenas, bastante robusto, os discursos iniciais do EZLN eram predominantemente direcionados à questão socioeconômica. O foco estava em elucidar para o povo as circunstâncias que os envolviam, em vez de adotar uma abordagem puramente identitária. Essa abordagem inicial contribuiu para desafiar a concepção convencional de movimentos sociais centrados em individualismo (DIAS, 2008).

Sendo assim, os zapatistas se apresentam como representantes dos povos originários do México, sobretudo na região de Chiapas, destacando enfaticamente sua identidade indígena. Contudo, é relevante ressaltar que o EZLN também acolhe membros de outras regiões e etnias. Ainda que o movimento não seja exclusivamente composto por indígenas, representou um rompimento simbólico significativo em relação aos processos históricos de embranquecimento e apagamento da diversidade étnica no México. Este país abriga uma multiplicidade de culturas e povos indígenas, como os Tzotzil, Tzeltal, Tojolabal, Zoque e Ch'ol, que têm origens na civilização maia.

Portanto, o movimento zapatista se configura como uma representação indígena, embora possa não abranger todos os grupos étnicos. Trata-se de uma organização tática na luta por direitos. Assim, o objetivo de uma unidade como a EZLN não é o de homogeneizar povos diversos, mas sim o de lutar coletivamente, garantindo maior força neste processo, ao invés de, por exemplo, cada etnia atuar de maneira fragmentada.

É incontestável o papel desempenhado pelo EZLN na reivindicação por terra, liberdade e justiça para os povos originários do México. Não é por acaso que, por meio da colaboração com esse movimento, ocorreu, pela primeira vez na história do país, o reconhecimento oficial de idiomas indígenas, acompanhado da leitura ao vivo de um texto em Tzotzil, uma língua pertencente ao povo originário da região de Chiapas. Esse evento também foi veiculado nos idiomas Tzeltal e Chol, conforme documentado por Castells (2001).

Não obstante, a história que inspirou o movimento zapatista a se reafirmar, especialmente centrada na figura marcante de Emiliano Zapata, é digna de consideração. A liderança de Zapata desempenhou um papel crucial na Revolução Mexicana, sendo apontado que, sem sua influência, a trajetória da revolução teria sido substancialmente diferente (ÁVILA; SALMERÓN, 2018). O líder agrário em questão destacou-se pela sua dedicação às comunidades e ao povo, fundamentada em sua própria experiência de exploração. Portanto, a ausência da figura de Zapata teria alterado significativamente o caráter social da Revolução, uma vez que suas demandas pela liberdade na terra ganharam reconhecimento internacional.

Conclusões

Entender a importância do movimento zapatista se torna não só essencial para o contexto do México, como também para compreender as nuances que perpassam o ser indígena dentro da própria América Latina. É fato que todos os povos originários que foram colonizados pelos europeus sofreram as duras consequências de ter sua história e ancestralidade constantemente ameaçada de genocídio e etnocídio. Não

sendo por acaso que sejam vistos tantos casos de apagamento histórico envolvendo os povos nativos dos diferentes países que compõem as Américas.

Percebe-se, por exemplo, que a mestiçagem é utilizada como ferramenta de embranquecimento, mas também de oportunismo para que os governos possam se colocar enquanto defensores da causa indígena. No sentido de que se exalta a miscigenação de forma romantizada, todo o seu processo histórico, de modo a esconder e esquecer o que deu origem de fato ao ser miscigenado, que, em grande medida, foi uma prática violenta contra os corpos originários (ou que não fossem brancos) de determinado país, com o intuito de embranquecer a população (SILVA, 2000; RODRIGUES; SANTANA, 2020).

Portanto, este estudo investigou a importância histórica do movimento zapatista como uma manifestação notável de um levante indígena. O EZLN emerge como um defensor proeminente da memória indígena do México, reivindicando e enfatizando sua história ancestral. Salienta-se o compromisso do movimento em expor de maneira inequívoca os impactos violentos da colonização no México. Além disso, o EZLN alcançou relevância internacional ao chamar a atenção da mídia global, especialmente ao realizar sua primeira aparição no mesmo dia em que NAFTA entrava em vigor.

A imagem de Emiliano Zapata assume um papel emblemático na retomada ancestral, especialmente durante o processo da Revolução Mexicana, quando as comunidades tradicionais do México começaram a mobilizar-se e perceber as injustiças resultantes de um governo voltado exclusivamente para a industrialização do país. Esse período testemunhou a primeira grande coalizão de indígenas e camponeses com um objetivo comum: a conquista da terra e a implementação da reforma agrária. A figura de Emiliano Zapata representa essa retomada ancestral, bem como se torna um ícone significativo por sua inabalável defesa da liberdade, justiça e terra para todos os povos.

Embora de maneira indireta seja sugerido que o movimento zapatista não adote explicitamente uma abordagem política étnica, a conclusão que se extrai é que esse objeto de estudo desempenha um papel relevante enquanto representação indígena. Além disso, o movimento zapatista assume uma dimensão internacional significativa, sempre destacando a figura ancestral em seus discursos, o que atrai a admiração de muitas pessoas, mesmo aquelas que talvez não compreendam totalmente o contexto de surgimento do EZLN.

A prova do dinamismo da história é evidenciada pelo movimento zapatista, que evoluiu suas demandas de cunho econômico e marxista para uma abordagem ideológica singular, focalizada na questão da terra, reforma agrária e identidade do povo mexicano. O EZLN, ao evoluir para esse viés, se tornou um símbolo de representação indígena e deu voz à revolta e à resistência daqueles que foram historicamente marginalizados por mais de cinco séculos. Além disso, o EZLN emerge como uma plataforma representativa para os diversos grupos étnicos que constituem a diversidade do “ser indígena” na América Latina, especialmente no México. Ao fazê-lo, preenche uma lacuna crucial ao proporcionar perspectivas e narrativas alternativas às comunidades indígenas, com a história sendo contada pelos povos oprimidos e não por seus algozes. Isto ressalta a importância do movimento, mas também ilustra como os direitos indígenas, embora em certa medida reconhecidos indiretamente pela Constituição Mexicana de 1917 e pelas normativas internacionais de direitos humanos da ONU, continuam a ser negligenciados na prática, evidenciando a persistência das desigualdades e injustiças históricas enfrentadas pelos povos originários.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, O. M. A Constituição Mexicana de 1917: do estado liberal à proteção social. **Revista Direitos, Trabalho E Política Social**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 381-408, 2021.

- ÁVILA, F.; SALMERÓN, P. **Tierra y Libertad**. Breve historia del zapatismo. Crítica México, 2018.
- BAIÃO, F. Antiliberalismo e luta pela terra no México: O passado como estratégia de combate. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, p. 48-66, 2014.
- BARBOSA, C. A. S. **A revolução mexicana**. Editora Unesp, 2022.
- BARBOSA, C. A. S.; LOPES, M. A. S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. **História**, v. 20, p. 163-198, 2001.
- BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BARTRA, A.; OTERO, G. **Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia**. Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina, p. 401-428, 2008.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BRUNK, S. **Emiliano Zapata: revolution & betrayal in Mexico**. UNM Press, 1995.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.
- CEPAL. **Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Santiago de Chile: CEPAL. 124 p, 2015. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37773-os-povos-indigenas-america-latina-avancos-ultima-decada-desafios-pendientes>. Acesso em: 24 dez. 2023.
- CHARTIER, R. **A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CRUZ, J. M. A. Zapatismo(s): apropriações e releituras do zapatismo da Revolução Mexicana pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 60-76, 2019.
- DIAS, N. V. Entre a selva e as alturas: movimentos indígenas no México e na Bolívia. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 5, n. 5, 2008.
- EZLN. Documentos y comunicados. “**Apenas 500 años después**”. 2021. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2021/08/13/apenas-500-anos-despues/>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente: e classes sociais na América Latina**. 1981.
- FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2007. 2ª ed.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.
- GIL, A. C. A. **Mestiçagem e Indigenismo no México Contemporâneo**. XII Encontro Regional de História: Usos do passado, 2006, Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, C. W. P. A Territorialidade Seringueira-Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. **El trabajo de la representación**. IEP – Instituto de Estudios Peruanos: Lima, Maio, 2002.
- HARVEY, N. **The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy**. Duke University Press, 1998.
- HERNÁNDEZ, L. N. **Los Caracoles de Chiapas: Un sendero zapatista hacia otro mundo**. 2001.
- HERZOG, J. S. **Breve historia de la revolución mexicana**. 2v. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- RIBEIRO, I. E. DIAS, K. A. N. **O Movimento Zapatista enquanto representatividade indígena no México**. *Open Minds International Journal*. São Paulo, vol. 5, n. 1: p. 36-52, Jan, Fev, Mar, Abril/2024.

- IGREJA, R. L. **Justiça, Identidade e Juventude indígena urbana: um estudo sobre os processos organizativos na Cidade do México.** anuário antropológico, v. 44, n. 2, p. 129-158, 2019.
- LINARES, F. N. **Los pueblos indígenas de México.** Comisión para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2008.
- LÓPEZ, L. E. **Plan de Ayala: Un siglo después.** Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2018.
- LUVIZOTTO, C. K. **Etnicidade e identidade étnica: Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista.** Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MORA, M. Zapatista anticapitalist politics and the “other campaign” learning from the struggle for indigenous rights and autonomy. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 2, p. 64-77, 2007.
- MORAES, F. M. A palavra zapatista: uma revolução mediática como estratégia de comunicação e emancipação social. **Revista eletrônica do programa de doutoramento em pós-colonialismo e cidadania global**, n. 2, 2006.
- MOREL, A. P. M. A luta pela terra na cosmopolítica do movimento zapatista. **Revista Estudos Libertários**, v. 1, n. 1, p. 49-71, 2019.
- NAVARRETE, F. **Las relaciones interétnicas en México.** Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- NOGUEIRA, A. S. **Movimento zapatista: uma revolução em tempos modernos.** 2022.
- PRADO, A. A. **O zapatismo na revolução mexicana: uma leitura da revolução agrária do sul.** Estudos Sociedade e Agricultura, 2003.
- RAMPINELLI, W. J. A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 126, p. 90-107, 2011.
- ROCHA, O. G. Territorialidades indígenas no México e a experiência do Povo Maseual de Cuetzalan (PUEBLA): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil. **Revista Nera**, n. 54, p. 90-114, 2020.
- RODRIGUES, C. E.; SANTANA, C. M. Reprodução colonial capitalista e resistências indígenas: estudo comparativo entre Brasil e México. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 112-127, 2020.
- SCHILLING, V. (coord.). 1968, a revolução inesperada. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, **Cadernos de História**, n. 47, 2008.
- SILVA, J. V. et al. Relación de los hechos que dieron por resultado la muerte de Emiliano Zapata, jefe de la rebelión del Sur. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, v. 2, n. 2, p. 197-210, 1967.
- SILVA, M. N. O negro no brasil: um problema de raça ou de classe?. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.
- SILVA, R. N. As memórias da Revolução Mexicana: um estudo a partir de Los últimos, zapatistas héroes olvidados e Pancho Villa, la Revolución no ha terminado. **Historiæ**, v. 13, n. 2, p. 142-157, 2022.
- SOARES, A. C. et al. **A construção da identidade indígena na contemporaneidade a partir do Exército Zapatista de Libertação Nacional.** 2019.
- SOARES, G. P. **Nove livros para conhecer a Revolução Mexicana.** Guia bibliográfico da FFLCH, 2016.

STEPHEN, L. The Zapatista Army of National Liberation and the National Democratic Convention. **Latin American Perspectives**, v. 22, n. 4, p. 88-99, 1995.

TUTINO, J. **De la insurrección a la revolución en México**: las bases sociales de la violencia agraria, 1750-1940. Ediciones Era, 1990.

VIEGAS, S. M. **Povos Indígenas e Direitos Humanos**. In: Marina Pignatelli (Eds.), *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*, pp. 269-293. Lisboa: Colibri. 2016.

VITALI, M. A. **A identidade étnica indígena no discurso político do movimento zapatista**: a voz do "Viejo Antonio" (1994-1998). 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014.

_____. **Como falam os indígenas?** Produção de documentos e vozes discursivas no movimento social mexicano neozapatista. *Dimensões*, n. 35, p. 443-469, 2015.